



Nota da Secretaria Nacional de Assistência Social às questões da 159ª Reunião da Comissão Intergestores Tripartite – CIT

Na 159ª reunião Comissão Intergestores Tripartite – CIT, ocorrida em 6 de setembro deste ano, foi percebida e ressaltada a importância de mobilizar a sociedade e a opinião pública para a importância da Política de Assistência Social enquanto garantia de proteção social à população em situação de maior vulnerabilidade social.

No geral a opinião pública advoga apenas para a educação e saúde porque desconhecem que nas “portas” da Assistência Social há uma busca incessante e crescente por serviços e benefícios socioassistenciais pelos mais vulneráveis que são maioria da população.

É preciso entender que quando crises econômicas e sociopolíticas assolam o país reverberam diretamente em demandas por serviços socioassistenciais - aumentam as populações em situação de rua, a violência se intensifica, os laços de convivência e coesão social se fragilizam nas comunidades territoriais e etc. Estas situações recaem diretamente nos serviços socioassistenciais porque garantem proteção social não contributiva.

A Política de Assistência Social, uma Política de Seguridade Social, tornou-se prioridade absoluta. Já não são mais soluções centradas na educação e saúde que se projetam como condição emancipadora de futuro. Mas, um aqui agora exigindo na Assistência Social atenção para além da vulnerabilidade produzida pela pobreza, ausência de renda ou de acesso a serviços observando-se uma enorme diversidade de questões sociais que recaem nesta Política.

A Rede Socioassistencial é responsável por milhões de atendimentos realizados por diversas unidades em todo o país, dentre as quais os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS, CREAS, CentroPop, Centro dia, Acolhimentos, entre outros serviços) que atendem famílias com alto grau de vulnerabilidade, pessoas em situação de rua, pessoas vítimas de violência doméstica e crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual. Também compõem a Rede os abrigos destinados ao acolhimento de crianças e idosos vítimas de abandono e negligência, as unidades que prestam assistência a pessoas com deficiência e diversas outras unidades que realizam atividades de convivência e integração com crianças, jovens e idosos.

É, ainda, importante salientar que na 159ª reunião da CIT nenhum de seus integrantes falou em destruição dos direitos socioassistenciais no país. Ao contrário, foram debatidas as questões relativas as restrições orçamentárias que atingem não apenas a Política de Assistência Social, mas também as demais políticas públicas.

A Secretária Nacional de Assistência Social – Maria do Carmo Brant de Carvalho- fez de fato um apelo coletivo para sensibilização de gestores da Política de Assistência Social dos estados e municípios, mas jamais invertendo responsabilidades, tendo plena consciência do papel político da Secretaria Nacional de Assistência Social na defesa desta Política Pública assim como, e, principalmente do Ministro Osmar Terra.



MINISTÉRIO DO **DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Neste momento de sérias dificuldades, com a crise econômica dos últimos anos e a necessidade de equilíbrio e recuperação fiscal da União, dos estados, Distrito Federal e municípios, não é hora de jogar pedras em uma ou outra instância da política pública. Todos compartilhamos das mesmas dificuldades e devemos agir coletivamente buscando sensibilizar os Poderes Executivo e Legislativo em dar prioridade a Política de Assistência Social assegurando no Orçamento Geral da União de 2018 os recursos necessários para o funcionamento e consolidação do SUAS, uma vez que o Projeto de Lei Orçamentária Anual em tramitação no Congresso Nacional não é definitivo e sofrerá ajustes a partir da nova meta fiscal, aprovada no último dia 05, que autoriza a ampliação do déficit do governo federal.